



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LEANDRA EMILIS MOURA MONTEIRO

PROCESSO DE ENSINO, APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

CAJAZEIRAS-PB

2018

LEANDRA EMILIS MOURA MONTEIRO

**PROCESSO DE ENSINO, APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus* Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia

Orientadora: Profa. Esp. Maria Thaís de Oliveira Batista.

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

M775p Monteiro, Leandra Emilis Moura.
Processo de ensino, aprendizagem e inclusão de crianças com
deficiência / Leandra Emilis Moura Monteiro. - Cajazeiras, 2018.
52f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Esp. Maria Thaís de Oliveira Batista.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2018.

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão. 3. Alunos com deficiência. 4.
Professores. 5. Ensino-aprendizagem. I. Batista, Maria Thaís de Oliveira.
II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de
Professores. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO, CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE PEDAGOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus* Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: 25/07/2018

BANCA EXAMINADORA

Maria Thaís de Oliveira Batista

Profª. Esp. Maria Thaís de Oliveira Batista – UAE/CFP/UFCG
Orientadora

Aparecida Carneiro Pires

Profª. Dra. Aparecida Carneiro Pires – UAE/CFP/UFCG
Examinador(a) Titular

Danilo de Sousa Cezario

Prof. Ms. Danilo de Sousa Cezario – Membro Externo
Examinador(a) Titular

Dedico esse trabalho ao meu Deus que nunca me abandonou durante toda a minha trajetória e por me ajudar em todas as minhas conquistas.

À minha mãe, Mariza, e meu pai, Raimundo, por todo o amor e apoio nessa árdua e gratificante caminhada.

As minhas irmãs, Alice e Nayara, por todo o amor para comigo.

As minhas irmãs de alma, Jaqueline, Daniele e Damares, que foram chaves fundamentais durante estes quatro anos, por todo companheirismo, amor e carinho.

Ao meu esposo, Arleudo, por todo amor e compreensão.

A minha família por todo o apoio e amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu Senhor Deus, por estar comigo em todas as circunstâncias, por me ajudar em toda a caminhada e pelas inúmeras bênçãos conquistadas até aqui.

A minha mãe, Mariza, por sempre acreditar em mim, por me dar forças quando achei que não iria conseguir, por me entender e compreender como ninguém mais faz.

Ao meu Pai, Raimundo, por me ajudar durante esta caminhada e se fazer presente quando precisei.

As minhas irmãs, Alice e Nayara, por todo apoio, entendimento, desentendimento, reconciliações e ajuda durante esse percurso.

Ao meu Esposo, Arleudo, pelo apoio, carinho, amor, compreensão, entendimento e ajuda nessa trajetória.

Ao meu sobrinho, Antônio Neto, por todo amor e carinho.

As minhas tias, Cícera (em memória) e Marines, por todo amor, pelos valores e por toda ajuda durante esse percurso e ao longo da vida toda.

Aos meus tios, André e Adriano, por todo amor, pela ajuda e por se fazerem presentes quando precisei nessa caminha, e na vida.

Ao meu avô, Raimundo, por todo carinho e apoio na construção da minha vida.

As minhas amigas e irmãs de almas, Jaqueline, Damares e Daniele, as quais estão eternizadas no meu coração, pelas incontáveis ajudas nesses quatro anos, por me entenderem e estarem comigo quando precisei, pela ajuda, pela paciência e pela imensidão de amor demonstrado nesses quatro anos.

As minhas primas, Eugênia, Vitória, Thereza, Gabriele e, meu primo, Bruno, por ajudar na construção de quem hoje sou.

Aos meus sogros, Suzy e Tico, por todo carinho para comigo.

A minha amiga e cunhada, Aline, por sempre estar presente, por me ajudar e por me entender.

A Dona Lúcia, Seu Jair e Jaqueline (novamente) por me acolherem e me receberem com todo carinho e amor em sua casa quando precisei.

A minha amiga e irmã de coração, Dinaria, que sempre acreditou em mim e me apoiou em todas as circunstâncias.

Aos meus colegas de sala e vida, Gilvan, Gonçalo e Fabrício, os quais me ajudaram durante essa trajetória e foram sempre parceiros de grupos.

A minha querida orientadora Thaís, por me ajudar durante esse trabalho, por toda a sua dedicação, incentivo, companheirismo e conhecimentos partilhados.

Aos professores, Aparecida, Danilo e Joseane, pela disponibilidade e prontidão em se fazerem presentes na banca.

A todos os meus professores que ajudaram na construção da minha formação.

A você e a todos, que contribuíram de forma direta ou indiretamente, meu muito obrigada!

*“Não há saber mais ou saber menos, há saberes
diferentes.”*

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa, realizada na cidade de Lavras da Mangabeira-CE teve como objetivo principal analisar o processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência. Para tanto, elencamos outros quatro objetivos, sendo eles: discutir os aspectos teóricos e legais da inclusão de crianças com deficiência; refletir sobre o papel do professor frente ao processo de inclusão e investigar a prática pedagógica na educação de crianças com deficiência e seus principais desafios e possibilidades? Esta pesquisa culminou-se perante a subseqüente problemática: quais são os principais desafios e possibilidades no processo de ensino, aprendizagem e inclusão de crianças com deficiência no sistema de ensino regular na cidade de Lavras da Mangabeira-CE. Para a realização da pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa e uma entrevista semiestruturada com seis questões-temas, aplicadas para cinco professoras, do 1º ao 5º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na faixa etária de 32 a 43 anos, em uma escola pública municipal da referente cidade. Posteriormente, realizamos a análise de dados, tendo como base a elaboração de categorias a partir da análise de conteúdo. Através dos resultados obtidos podemos compreender as dificuldades que são enfrentadas para o trabalho com estas crianças, bem como o que as docentes têm pensado e buscado enquanto prática pedagógica para que haja ensino e aprendizagem de qualidade. Através das falas das entrevistadas percebemos que as professoras realizam um trabalho que deve ser auxiliado por toda a comunidade escolar e, também, por profissionais das mais diversas áreas tais como: psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos e outros mais, visto que percebemos que a ausência destes sobrecarrega as docentes em suas práticas. Outro desafio delineado diz respeito a falta de infraestrutura, uso inadequado dos poucos recursos que são oferecidos e formação continuada ineficaz do profissional da educação para o agir perante as especificidades e inclusão do educando com deficiência.

Palavras- chave: Ensino. Aprendizagem. Inclusão. Criança. Deficiência.

ABSTRACT

The present research, carried out in the city of Lavras da Mangabeira-CE, had as main objective to analyze the teaching and learning process of children with disabilities. Therefore, we set out four other objectives, namely: to discuss the theoretical and legal aspects of the inclusion of children with disabilities; to reflect on the role of the teacher in the process of inclusion and to investigate the pedagogical practice in the education of children with disabilities and their main challenges and possibilities. This research culminated in the subsequent problematic: what are the main challenges and possibilities in the process of teaching, learning and inclusion of children with disabilities in the regular education system in the city of Lavras da Mangabeira-CE. In order to carry out the research, we used the qualitative approach and a semistructured interview with six questions-themes, applied to five teachers, from the 1st to 5th year of the initial years of elementary school, aged 32 to 43 years, in a municipal public school of the referent city. Subsequently, we performed the data analysis, based on the elaboration of categories from the content analysis. Through the obtained results we can understand the difficulties that are faced for the work with these children, as well as what the teachers have thought and searched as a pedagogical practice so that there is teaching and learning of quality. Through the statements of the interviewees we realize that the teachers perform a work that must be aided by the whole school community and also by professionals from different areas such as: psychologists, social workers, speech therapists and others, since we perceive that the absence of these overloads the teachers in their practices. Another challenge outlined is the lack of infrastructure, adequate use of the few resources that are offered and continuing education of the education professional to act on the specifics and inclusion of the student with disabilities.

Keywords: Teaching. Learning. Inclusion. Child. Deficiency

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 PRÁTICA DOCENTE E PROCESSO DE INCLUSÃO NA CONTEMPORANEIDADE: PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES FORMATIVAS E SOCIAIS..... | 12 |
| 2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO..... | 12 |
| 2.2 A ESCOLA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA | 15 |
| 2.3 O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM INCLUSIVA | 18 |
| 3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA | 22 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA | 22 |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA | 23 |
| 3.3 TIPO DE PESQUISA, INSTRUMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS | 24 |
| 4 A INCLUSÃO ENQUANTO FERRAMENTA DE EQUIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM..... | 27 |
| 4.1 A RELEVÂNCIA DO DOCENTE E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO TRABALHO COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA | 27 |
| 4.2 A INFRAESTRUTURA E RECURSOS PEDAGÓGICOS COMO FACILITADORES DO ENSINO, APRENDIZAGEM E INCLUSÃO..... | 32 |
| 4.3 O TRABALHO E AS POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO NA SALA DE ENSINO REGULAR..... | 37 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 43 |
| REFERÊNCIAS | 45 |
| APÊNDICES | 47 |
| Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 48 |
| Apêndice B - Questionário de Caracterização | 51 |
| Apêndice C - Entrevista Semiestruturada | 52 |

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo em uma época em que a inclusão está sendo bastante discutida. Porém, isto não garante realmente que esta inserção de fato esteja acontecendo. Entretanto, é notória a evolução que se teve desde a idade antiga, na Grécia, que era uma época de total exclusão, na qual as crianças com deficiência eram exterminadas e vistas como uma abominação.

Sabemos que com a inclusão todos ganham, sejam alunos, professores ou sociedade. Porém, ainda falta bastante para que realmente se possa alcançar o que está escrito em leis e, para que sujeitos tenham acesso aos mesmos direitos à educação, bem como ingressar em uma universidade. Vale destacar que o professor tem papel relevante nesse processo para que este aluno se desenvolva, porém, é preciso que o seu trabalho seja feito em conjunto.

No quarto período do curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras-PB, os graduandos cursam uma disciplina intitulada “Educação Inclusiva”, a qual permite uma obtenção de conhecimentos sobre a imensidão que é a inclusão e as especificidades de todos os sujeitos que dela fazem parte. Foi neste momento que surgiu o interesse pela temática, no qual permitiu um contato com salas regulares e de atendimento educacional especializado, em pesquisas solicitadas pela professora.

O despertar por este tema veio após a realização destas atividades e, pela qual foi possível perceber em visitas as escolas, que a inclusão estava acontecendo de forma superficial e, por muitas vezes, nem acontecendo. Com isto, surgiu o interesse de realizar uma pesquisa na cidade que resido, de modo a compreender se nesta está acontecendo o ensino, aprendizagem e inclusão de crianças com deficiência. Dessa forma, este tema é de relevância ímpar em vista a ausência da preocupação com a educação das crianças com deficiência.

O presente trabalho foi possível a partir de uma pesquisa de campo embasado por uma abordagem qualitativa, que foi realizada no âmbito escolar com professoras do 1º ao 5º ano. Perante isto, a problemática elaborada foi a seguinte: quais são os principais desafios e possibilidades encontrados no processo de ensino, aprendizagem e inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino da cidade de Lavras da Mangabeira-CE?

Para alcançarmos um melhor entendimento definimos como objetivo geral analisar o processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência e os objetivos específicos de discutir os aspectos teóricos e legais da inclusão de crianças com deficiência; refletir sobre o

papel do professor frente ao processo de inclusão e investigar a prática pedagógica na educação de crianças com deficiência e seus principais desafios e possibilidades.

Neste trabalho elaboramos três capítulos. Em um primeiro tratamos uma trajetória da inclusão, com as Leis decorrentes de vários anos, e pelo qual também abordamos sobre o papel do docente durante este processo inclusivo e, sobre a unidade escolar pensada para um processo de inclusão. No segundo capítulo trouxemos os procedimentos metodológicos que utilizamos e a caracterização dos sujeitos participantes. No último capítulo, descrevemos sobre a análise dos dados obtidos na entrevista semiestruturada. Elaboramos categorias sobre a inclusão como ferramenta de equidade de oportunidades de ensino e aprendizagem, que abarca relevância do docente e as dificuldades enfrentadas no trabalho com crianças com deficiência; bem como a infraestrutura e recursos pedagógicos como facilitadores do ensino, aprendizagem e inclusão e, o trabalho e as possibilidades para a inclusão na sala de ensino regular.

Por fim, esta pesquisa tem relevância ímpar tanto para minha formação enquanto futura profissional da área, permitindo um conhecimento real da realidade de outras escolas e, também, do que os professores vivem em seu cotidiano em meio as inúmeras dificuldades. Esta pesquisa possibilita entender que o trabalho conjunto é o que vai fazer uma transformação na sociedade e uma quebra nos paradigmas existentes.

2 PRÁTICA DOCENTE E PROCESSO DE INCLUSÃO NA CONTEMPORANEIDADE: PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES FORMATIVAS E SOCIAIS

É sabido que a inclusão não é algo que está surgindo de repente, pois, foram e estão sendo incontáveis lutas para que ela suceda. Mas, para isto é necessário que sejamos conscientes de que esta caminhada não é e nem será fácil para chegarmos ao que almejamos, de modo que “é preciso que a escola se transforme no sentido de oferta da educação com qualidade a todos e a todas, no arco amplo das diferenças individuais, que vão de estilos cognitivos diferentes, padrões culturais, até habilidades, ritmos e capacidades diferentes.” (ANGELUCCI, 2012, p.11). É importante estar fundamentalmente preparada para receber e atender cada aluno na sua especificidade, propiciando um ensino e aprendizagem de qualidade.

Ao debatermos sobre inclusão na situação a qual nos encontramos, não é algo fácil, visto que há muitos entraves no que tange esse processo. Algumas unidades escolares, muitas vezes, acreditam que essa inclusão esteja se efetivando na sua instituição, porém, a realidade é que o que ocorre é a integração e a aceitação pelo que decreta as leis. Entretanto, não garante a equidade de oportunidade e aprendizagem.

A fim de concretizar este trabalho com qualidade tivemos um significativo e diverso embasamento teórico a partir de autores, documentos e leis que versam sobre a temática, sendo alguns destes: Rogalski (2010), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996), Mantoan (2003), Duk (2006), Aranha (2002), Rosin-Pinola e Del Prette (2014), dentre outros.

2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO

Para que possamos iniciar a questão do processo de ensino, aprendizagem e inclusão é de relevância ímpar enfatizarmos aqui sobre todo o percurso que ocorreu para que chegássemos ao dado momento, em que foram conquistados inúmeros direitos. Em que a inclusão faz-se presente e permanece em debate mundial para que esta de fato aconteça. É sabido que esta luta e algumas mudanças não aconteceram de repente, por muitos anos vem se debatendo no que diz respeito a pessoas com deficiência, bem como inclusão em todos os âmbitos.

Temos avançado bastante desde a idade antiga, na qual as crianças eram exterminadas, jogadas em precipícios e vistas como aberrações e um castigo de Deus para os pais. Aqueles, os quais sua deficiência não era tão agravante eram deixados vivos, porém, afastados do convívio da sociedade. Não tinham privilégios a nada, nem a cargos nem a quaisquer direitos e, muito menos, a educação.

Na Idade Média começou pouquíssimo, a se falar sobre a educação especial, porém ainda havia perseguições, abandonos e com o catolicismo eram feitos tipos de exorcizarão para então tirar o “espírito maligno” que estava presente, fazendo com que as pessoas tivessem algum tipo de deficiência. E assim, também, ficavam confinados nas igrejas, isolados da sociedade. A educação especial nesta época determinava “formas de atendimento clínico – terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para alunos com deficiência” (BRASIL, 2007, s/p). Logo após serem diagnosticadas, eram determinadas como iria ocorrer o ensino para essas crianças.

Desse modo, aqui no Brasil foram criados dois institutos para atender as referidas crianças, sendo eles atualmente conhecidos como Instituto Benjamim Constant em 1854 e Instituto Nacional da Educação dos Surdos no ano de 1857, dentre outros que surgiram para atender as especificidades destas crianças. Com o surgimento em 1988 da Constituição foi estabelecido o direito de educação para todos, de ensino especializado para crianças com deficiência e, também, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola com um dos princípios para o ensino e garante como dever do estado a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, art. 208). Portanto, a partir deste ano, é constituído e assegurado que todas as crianças independentemente de suas especificidades frequentem a unidade escolar de ensino.

No ano de 1994 surge a Política Nacional de Educação Especial, para que as crianças com deficiência que possam acompanhar os educandos ditos por “normais” frequentem as classes comuns de ensino, de forma que as suas habilidades fossem reforçadas no ambiente educacional especial. E, neste mesmo ano, a partir de debates internacionais é constituída a Declaração de Salamanca, a qual ganhou força pós Segunda Guerra, em que os soldados eram feridos, de modo a que fosse possível indenizá-los por suas lutas em defesa do País, mas, ainda também visava à produção destas pessoas. Desse modo, a inclusão passa então “alcançar os alunos com necessidades especiais” nas unidades escolares, enfatizando que:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguística ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem na rua e que trabalham crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p. 17-18 apud ROGALSKI, 2010, p.7)

A partir da elaboração e do seu principal propósito, esta declaração procura estabelecer e garantir que as escolas atendam todas as crianças com quaisquer que sejam as suas especificidades, de modo que se sintam acolhidas pela escola e que nela possam conseguir desenvolver as suas habilidades desde a Educação Infantil até o ingressar no Ensino Superior.

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 constitui o reconhecimento da existência da diversidade e incentiva a inclusão. E ainda assegura no Art. 59 para o ensino de qualidade educandos com deficiência que tenha:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Este artigo e incisos surgiram da necessidade de se fazer uma educação para todos, em vista de que fosse garantindo o direito igualitário daqueles que até então não tinham as mesmas oportunidades e nem eram vistos como cidadãos. Logo como é estabelecido prioriza direitos necessários para que sua aprendizagem ocorra de fato.

Além das leis e direitos alcançados até os dias atuais aqui citadas, foram elaboradas muitas outras, bem como: Lei nº 10.436/02 que passa a exigir a disciplina de Libras; o

Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade em 2003 e, também, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que visibiliza as formações de professores no âmbito educacional com questões relacionadas a estrutura de modo geral para atendimento das crianças com deficiência. Essas e outras foram pensadas para que a inclusão de fato ocorresse.

Desse modo, é possível ainda perceber que “a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais” (ROGALSKI, 2010, p. 2), ações estas que vão sendo vistas de acordo com a forma que a sociedade vai “quebrando” paradigmas e se modernizando. Uma vez que todas as leis procuram a garantia do incluir dessas pessoas na sociedade.

2.2 A ESCOLA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Podemos perceber que no decorrer dos anos a escola vem se modificando cada vez mais para que então seja possível torna-se apta a atender todos e garantir que haja uma educação de qualidade, em que todos possam sentir-se parte integrante na unidade escolar, ainda que estejamos longe de alcançar o que se espera de uma unidade escolar capacitada para fazer esse atendimento seja em relação a estrutura bem como também a preparação dos docentes e integrantes da comunidade escolar. Mesmo que como ressalta Mantoan tenha se preenchido:

do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (2003, p.12)

Bem como refere-se Mantoan (2003), a inclusão gera nas escolas uma quebra de paradigmas, de forma positiva, que ajuda a incluir todos que compõe a sociedade, independentemente de deficiência, classe social, questões de gênero e étnico-racial. Ainda que se faça presente alguns aspectos de exclusão que não facilitam esta evolução, bem como a separação/exclusão total das pessoas com deficiência daqueles ditos pela sociedade como “normais”.

Para que uma escola se torne inclusiva, faz-se necessário antes invalidar os aspectos excludentes supracitados, reconhecendo a diversidade que existente seja nos aspectos sociais,

econômicos, mentais. Visto que ainda há segregações e uma tentativa falha de fugir do real. Assim, Mantoan reafirma que “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (2003, p.35). Dessa forma, sendo possível acontecer transformações positivas para a sociedade.

Portanto, é necessário que as unidades escolares ampliem esta visão ainda presente, de uma sociedade excludente. Mesmo que havendo inúmeras dificuldades, dentre elas, o não preparo das escolas no que diz respeito as questões pedagógicas, materiais e questões físico-estruturais para o atendimento igualitário de todos. Desse modo, é preciso que haja uma mudança significativa nas unidades escolares, a fim de uma educação igualitária. É sabido que a escola deve estar capacitada para atender as especificidades dos educandos com deficiência, buscando sempre incluir, de modo que se sinta à vontade na sala de aula com os professores e demais alunos.

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe. (MANTOAN, 2003, p. 13-14).

Logo, como estabelecido no Art.27 de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de nº13.146 (2015) deve ser assegurado um “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características”. Uma vez que após constituído essas questões possam ser desenvolvidas todas as suas capacidades.

Por conseguinte, bem como Mantoan ressalta:

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (2003, p.30)

Logo, todos saem auferindo com a inclusão, percebendo que a partir desta ocorre um novo modelo de escola, melhorando em todos os requisitos mesmo que seja um caminho árduo. Requisitos estes que Aranha elenca ser:

A adaptação do ambiente físico escolar;
 A aquisição de mobiliário específico necessário;
 A aquisição de equipamentos e recursos materiais específicos;
 A adaptação de materiais de uso comum em sala de aula;
 A capacitação continuada dos professores e demais profissionais da Educação;
 A efetivação de ações que garantam a interdisciplinaridade, no trato temático, e a transsetorialidade, na atenção ao aluno. (2002, p. 24),

Portanto, é fundamental que haja todas as adaptações e capacitações de profissionais, para que ocorra um ensino, aprendizagem e inclusão na unidade escolar. Mesmo que ao observarmos escolas e analisarmos estas questões, ainda falem muitas coisas a serem mudadas e, por muitas vezes, acreditando ser algo utópico. Porém, a escola tem a função de buscar “um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais.” (BRASIL, s/a, p.7).

Desse modo, cabe à unidade escolar incluir de modo adequado, ainda que existam incontáveis desafios, tais como: a falta de preparação da comunidade escolar, de recursos, infraestrutura e profissionais aptos para ajudarem o docente no processo de inclusão. Mas, ainda há possibilidades a serem pensadas a respeito, além do que já se conhece, é de relevância impartir a “conscientização dos direitos dos alunos quanto as suas necessidades educacionais especiais para que sejam respeitadas e valorizadas” (BRASIL, s/a, p. 7). Logo, faz-se necessário que a escola reconheça e proponha que os demais que a compõe, tomem conhecimento que há diferenças em todos e que eles possam aprender a respeitar e acolher o outro na sua complexidade.

Nos encontramos em um momento em que as unidades escolares não estão adequadas para a inclusão das crianças com deficiência. Há exemplos de instituições que as estruturas não atendem a uma pessoa com deficiência física que queira frequentar, nem a pessoas cegas, ou no caso também de crianças surdas, visto que não há ainda um profissional de Libras em muitas das escolas.

Tomando conhecimento destas poucas questões citadas e de inúmeras outras, é necessário que a escola se torne realmente um lugar que inclui, não apenas de forma

superficial, cujos direitos dos alunos com quaisquer deficiência suceda, de modo que possam conseguir prosseguir nos estudos e chegar a um Ensino Superior. Ainda que muitos profissionais acreditem não ser possível ocorrer essa quebra de paradigmas, não devemos deixar de defender, lutar e acreditar que chegará um dia que isto acontecerá e sua realização se dará em parceria com todos os que compõem a comunidade escolar.

Desse modo, bem como relata Sasaki “é fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos” (2002 p. 41). E a partir disto, construirmos uma sociedade igualitária, que beneficie a todos e que não fique apenas em Leis, mas que ocorra constantemente a inclusão.

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM INCLUSIVA

Sabemos que a professor tem papel fundamental e é de relevância ímpar no que se diz a respeito da inclusão no processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência. Porém, é relevante destacar que a responsabilidade do sucesso ou fracasso deste aluno não está inteiramente ligado a este profissional. Visto que é influenciado através de inúmeros fatores, bem como a falta de materiais didáticos, questões relacionadas a infraestrutura e outros mais. Mas, é perceptível ainda, a cobrança e culpa que recaí diretamente a este profissional, que além da desvalorização, da carga horária extensa, ainda dizem ser responsáveis pelo atraso na aprendizagem dos alunos. Sabendo que uma educação de qualidade só é possível com a participação de todos.

É necessário que o professor respeite o tempo do aluno e o fato desse ter algumas dificuldades na aprendizagem, mas não significando que este educando seja incapaz, apenas necessitando de mais tempo. Cada aluno aprende de formas diferentes e, logo se torna dever desse profissional preparar uma aula pensada na inclusão de todos, em que cada um possa se desenvolver na sua especificidade.

Paulon nos relata que:

Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos

pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola. (2005, p. 21)

Dessa forma, é imprescindível que para que haja uma educação de qualidade, a primeira coisa que se deve fazer é a transformação da unidade escolar, dos profissionais que nela atuam, buscando entender o que leva o aluno se sentir excluído e, a partir disto elaborar propostas para que todos sejam incluídos.

Logo, cabe então a realização do atendimento ao educando por este profissional e sua atuação enquanto professor das crianças com deficiência, que vai muito além de um ensino superior, visto que é preciso, como estabelece o Ministério da Educação (MEC) Art. 18 no § 1º:

que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (BRASIL, p.54)

Portanto, bem como citado é necessário que o professor que irá trabalhar com estas crianças tenha habilidades a mais do que aquele que está em uma classe que só há aquelas ditas “normais”. Além de ser flexível e atuar em parcerias com profissionais específicos para trabalhar com a inclusão. Porém, ainda “pouco se sabe sobre o quanto essas parcerias estão disponíveis aos professores, como elas ocorrem, quais vantagens e dificuldades” (PINOLLA; DELL FRETE, 2014, p.350). E pouquíssimo é percebido, de modo a estar sendo concebido este auxílio para os educadores.

O docente deverá realizar sempre que preciso, algumas adaptações necessárias para que seja facilitado o processo de ensino e aprendizagem e, que todos, sem que haja exclusão de ninguém, possam ter as mesmas oportunidades de apreender.

Duk em seu livro “*Educar na Diversidade*” aborda alguns princípios que ajudam a orientar o docente a luz da inclusão, propondo facilitar o ensino das crianças com deficiência, sendo elas: *Aprendizagem ativa e significativa* que objetiva “promover

participação ativa dos docentes em seu processo de revisão e aprendizagem de práticas de ensino inovadoras e inclusivas, assim como construir novos conteúdos de aprendizagem a partir de seus conhecimentos e experiências anteriores”; *Negociação de objetivos* que relaciona ao docente a elaboração desses objetivos em negociação com os demais integrantes; *Demonstração, prática e feedback (retroalimentação)* é de relevância ímpar a demonstração de interesse, os comentários acerca do que foi realizado pelo educando e colocar em prática o que foi vivenciado anteriormente na sua formação inicial ou continuada; *Avaliação permanente* que muito mais que para educação formal, na inclusiva o docente deve reavaliar seu processo enquanto formador e individualmente no qual se falhar o método que se foi utilizado, poderá realizar outros; *Apoio e colaboração* que ajudará o docente na atividades que serão desenvolvidas, sendo este fundamental para educação inclusiva. (DUK, 2006, p.23-25)

Assim, bem como elencadas, são desenvolvidas pelo MEC, formas de ajudar o docente que irá trabalhar no âmbito inclusivo. Sabendo que estas apenas servem para orientação do referido, e que existem, também, questões a serem trabalhadas além delas, que estão sendo assegurados por Leis os direitos destas crianças bem como foi decorrido perante o desenvolvimento do texto. Cabe então, a todos os profissionais em parcerias com toda comunidade escolar, promover uma educação inclusiva e garantir um ensino e aprendizagem de qualidade. E, assim, como relata Carvalho todos os profissionais capazes de serem:

[...] conscientes da importância do papel que desempenham e que, além do pedagógico, é também político e social. Estes, reconhecendo as diferenças existentes entre os alunos, não ficam indiferentes a elas e nem caem na cilada dos “diferentes mais iguais”. Procuram rever suas práticas pedagógicas em sala de aula, buscando ensinar a toda a turma, tornando a escola um espaço de aprendizagem e participação de todos, com todos e para toda a vida. (s.a, p.54)

É imprescindível que o docente se reconheça bem como citado, enquanto profissional capaz de fazer a transformação na vida dos educandos e, também, na sociedade, visto que sua ação é refletida nela. Além de tornar a unidade escolar um espaço realmente inclusivo, no que tange as mudanças que fará em sua prática dentro da sala de aula. E a partir disto, não excluir o educando, que Mantoan nos relata que esta exclusão:

[...] manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que

ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela. (2003, p.12)

Desse modo, bem como a autora nos trás, a exclusão pode suceder de incontáveis formas, em visto que a sociedade está se transformando e a unidade escolar não se adapta para este atendimento, continuando na valorização dos seus métodos padronizados. Assim, não permitindo que haja o diálogo e nem a recriação dos paradigmas, para que se possa, então, o professor atuar em prol do ensino, aprendizagem e inclusão dos alunos com deficiência, para que este educando se desenvolva nos seus aspectos social, intelectual, cognitivo e outro mais.

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste momento apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para a efetivação desse trabalho, que foi sustentado a partir do seguinte problema de pesquisa: quais são os principais desafios e possibilidades encontrados no processo de ensino, aprendizagem e inclusão de crianças com deficiência no sistema regular de ensino da cidade de Lavras da Mangabeira-CE?

Para tal, tivemos como objetivo geral analisar o processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência e os objetivos específicos de discutir os aspectos teóricos e legais da inclusão de crianças com deficiência; discutir sobre o papel do professor frente ao processo de inclusão; investigar a prática pedagógica na educação de crianças com deficiência e refletir as possibilidades de um trabalho.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A instituição municipal onde realizamos a pesquisa encontra-se localizada na cidade de Lavras da Mangabeira- CE. Atendendo a 901 crianças de 6 a 18 anos de idade, que são divididas em dezessete salas que funcionam nos períodos manhã, atendendo 477 alunos e a tarde 424 alunos. Contendo um total de 40 professores trabalhando na instituição.

Os docentes se subdividem da seguinte forma: quinze graduados em Pedagogia, cinco em Matemática, doze em Letras Português, quatro em história, sete em Letras- Inglês, dois em Física, dois em Geografia, um em Ciências, um em Biologia, uma tem o pedagógico, um o ensino médio completo e apenas uma com pós-graduação em Língua Portuguesa e Literatura.

Em relação ao corpo administrativo, a diretora é graduada em História e tem pós-graduação em gestão escolar. A coordenadora pedagógica é licenciada em Geografia e Sociologia e a secretária têm Habilitação em secretaria, graduação em Pedagogia e pós em Gestão.

O corpo técnico e de apoio conta com treze funcionários correspondentes as seguintes funções: uma cozinheira, sete auxiliares de serviços gerais, três porteiros/vigia, uma auxiliar de secretária e um monitor de informática.

A sistemática adotada pelos professores para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos é a elaboração de relatórios semestrais, que consideram a interação,

a participação e o desenvolvimento dos alunos nas atividades trabalhadas em sala de aula e, outras habilidades posteriormente adquiridas no decorrer do processo.

Em relação às características da estrutura física, o ambiente é amplo, padronizado e contém em suas dependências uma recepção, a sala da direção, a secretaria, a biblioteca, a cantina, a sala dos professores, o almoxarifado, salas de aula, laboratório de informática, quadra de esportes e a sala multifuncional que atende aos alunos e professores que desejam trabalhar com data show. Há pouca acessibilidade para atendimento de crianças com deficiência.

Para atender as necessidades dos educandos e melhorar o processo de ensino-aprendizagem destes, a instituição conta com quatro TVs, um aparelho de DVD, um aparelho de som, computadores para uso dos alunos e professores e data show.

O planejamento das atividades ocorre de maneira individual e, nos sábados letivos fazem uma reunião com todos professores e corpo administrativo para discutir algumas questões relativas aos alunos.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Este trabalho contou com a participação de cinco professores do 1º ao 5º ano. A primeira professora entrevistada é Luísa¹, solteira, com idade de 43 anos, com formação básica em Magistério concluído no ano de 2005, formada em Geografia. Luísa está atuando como docente há 23 anos, e desde o início leciona no Fundamental I durante os turnos matutino e vespertino.

A segunda entrevistada foi Beatriz, casada, 38 anos, com magistério desde o ano de 2013, formada em Letras, atuante enquanto docente há 12 anos. No momento está só trabalhando com a turma do 1º ano, porém, já ensinou para outros anos do Ensino Fundamental, trabalhando nos dois turnos.

A terceira participante é Lays, 33 anos, casada, formada desde o ano de 2012 em Licenciatura em Pedagogia com especialização em Gestão Escolar, Organização do Trabalho Pedagógico e Psicopedagogia Clínica e Institucional. Atua como docente há 4 anos. Já lecionou na Educação Infantil, em creche, pré, no fundamental I do 1º ao 5º ano. Neste ano atua como docente do 2º ao 4º ano nos turnos matutino e vespertino.

¹ Foram criados nomes fictícios como forma de assegurar o anonimato das participantes da pesquisa.

A quarta entrevistada é Mariana, com idade de 40 anos, casada, com formação em magistério desde 2016, formada em Licenciatura em Pedagogia, cursando a especialização de Psicopedagogia Clínica e Institucional. Atua como professora há 4 anos, já lecionou do 1º ao 5º ano, porém atualmente leciona na turma do 4º, no período matutino.

A nossa quinta participante é Emília, 32 anos, casada, formada em Letras desde 2012 com especialização em Educação Infantil. Atuou já nos anos do 1º ao 5º e na Educação Infantil. Neste ano está na turma do 5º ano, no período vespertino.

Vale ressaltar que a coleta dos dados apresentados deu-se através de um questionário de caracterização² aplicado com as participantes da pesquisa.

3.3 TIPO DE PESQUISA, INSTRUMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa que realizamos teve bem como objeto de estudo o ensino e aprendizagem de crianças com deficiência, visando saber de que forma ocorre e quais são os desafios e possibilidades encontradas diariamente para o trabalho dos docentes com os alunos com deficiência. Portanto, desenvolvemos uma investigação de caráter exploratório, objetivando o levantamento de aproximações com o campo de pesquisa. Sendo assim, Marconi & Lakatos (2010) especifica que pesquisas com caráter exploratório são

[...] investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realização de uma pesquisa futura mais precisa, ou modificar e clarificar conceitos. (p.139)

Desse modo, estas aproximações e conhecimento do campo que pesquisamos facilitou todo o desenvolvimento da pesquisa. E para isto, utilizamos uma abordagem qualitativa para que houvesse “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA, 2008, p.37). Portanto, foi permitido através da escolha dessa abordagem, refletir sobre o que foi coletado.

E para instrumento de dados foi elaborada uma entrevista semiestruturada destinada às professoras do 1º ao 5º do Fundamental I. E, no entanto, cabe enfatizar que num

² Apêndice B

Primeiro momento o entrevistador se apresentará ao entrevistado, fornecendo-lhe dados sobre sua própria pessoa, sua instituição de origem e qual o tema de sua pesquisa. Deverá ser solicitada sua permissão para a gravação da entrevista e assegurado seu direito não só ao anonimato, acesso às gravações e análises, como ainda ser aberta a possibilidade de ele também fazer as perguntas que desejar (SZYMANSKI; ALMEIDA, 2010, p.19).

Desse modo, após o processo que fizemos da apresentação e permissão com os sujeitos da pesquisa foi possível analisar e coletar o que objetivamos através da conversação. Para Szymanski & Almeida:

Ao considerarmos o caráter de interação social da entrevista, passamos a vê-la submetida às condições comuns de toda interação face a face, na qual a natureza das relações entre entrevistador/entrevistado influencia tanto o seu curso como o tipo de informação que aparece. (2010, p. 11)

Desta forma, houve um contato direto com quem estava sendo entrevistada e, conseqüentemente, uma melhor interação, permitindo que através deste tipo de pesquisa houvesse auxílio na compreensão e análise dos dados, dando ênfase, assim, a uma significativa relação entrevistador/entrevistado.

Após a realização das entrevistas, optamos pela utilização da análise de dados de conteúdo, em que ao ser analisado as respectivas respostas dos entrevistados foram elaboradas categorias e subcategorias, tendo como base o que Bardin aborda que:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constituídos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo um gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (1977, p.117)

Deste modo, as informações mais relevantes e incomuns foram desenvolvidas através desta categorização, que facilitou no processo de análises dos dados obtidos nas perguntas catalogadas. Assim então, sendo possível a escolha de respostas que atentaram a obtenção do que buscamos neste trabalho.

Ao término das cinco entrevistas foram feitas as transcrições dos áudios gravados para que a partir das transcrições fosse possível fazer a leitura e levantamento dos dados e, posteriormente, a categorização da coleta.

Em seguida, foram analisados os dados coletados na entrevista semiestruturada com as sujeitas da presente pesquisa como forma de adentrarmos no caráter e teor teórico-metodológico pertinente à temática aqui estudada.

4 A INCLUSÃO ENQUANTO FERRAMENTA DE EQUIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A inclusão surgiu como forma da educação possibilitar condições e oportunidades de ensino assegurada para todos, sem que fosse permitida a exclusão como antigamente acontecia. Assim, a escola tem por obrigação receber os alunos em quaisquer situações que ele se encontre e, proporcionar para ele uma qualidade de ensino e aprendizagem. Para que isto realmente suceda, é de relevância impar que todos os profissionais que atuem na unidade escolar e a estrutura da escola estejam preparados para estes atendimentos.

Mas é sabido que o professor tem um papel fundamental para que a inclusão deste aluno aconteça no que tange, principalmente, a sala de aula com os demais educandos, porém, com o auxílio de uma equipe interdisciplinar que possa ajudá-lo.

4.1 A RELEVÂNCIA DO DOCENTE E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO TRABALHO COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

É imprescindível para que o professor seja capaz de incluir o aluno com deficiência, que ele conheça no que tange o processo de inclusão. Para tanto, em um primeiro momento questionamos como ela enquanto professora compreendia a inclusão das crianças com deficiência na sala de Ensino Regular. E a professora do 1º ano nos relatou que: “Eu acredito que eles têm o mesmo direito de uma criança normal, então eu faço o meu trabalho de acordo com as necessidades deles, eles tem uma dificuldade na aprendizagem, mas com ajuda eles conseguem fazer as atividades que são exercidas para ele.” (BEATRIZ).

Ao obter essa resposta percebemos que ela reconheceu o direito que a criança com deficiência tem, no qual é assegurado na Constituição Federal de 1988 que a educação é um direito de todos. E a Beatriz busca, no que nos demonstra a sua fala ajudar no desenvolvimento das atividades propostas em aula. Deste modo a professora compreende que a inclusão é o assegurar da equidade e a ajuda do docente nas tarefas.

A Laís professora do 2º ano nos diz que,

Eu acredito que seja muito importante essa inclusão, pois contribui para o desenvolvimento social e educacional dessas crianças. E através do contato com o meio e interação com os outros coleguinhas que eles se desenvolvam de forma contínua e positiva.

Podemos perceber através da resposta desta professora que ela compreende que a inclusão é relevante, e que a partir do contato com as outras crianças, o aluno com deficiência irá se desenvolver em suas especificidades, o que Ramos afirma que ao realizar “o trabalho conjunto incentiva a cooperação, a construção do espírito solidário e a troca de conhecimento.” (2006, p.18) Desse modo, essa interação que Laís nos trás, é de extrema importância para o incluir do educando com deficiência, visto que acarreta consigo benefícios para todos.

A professora Luísa, professora do 3º ano, em sua resposta nos relatou que,

A questão da compreensão, todos nos sabemos que todas as salas de aula têm que incluir essas crianças, só que fica assim: complicado, porque a gente sabe que tem que receber, mas a gente não recebe aquele apoio que a gente precisa para poder trabalhar com aquela criança. Que de qualquer maneira você vai ter que trabalhar um pouco diferenciado com aquela criança para respeitar os limites deles, porque cada criança, dependendo da deficiência dele, ele tem um limite. O que adianta você avançar com aquele aluno que não apresenta essa deficiência e aquele você vai deixar de lado? Não! Você vai ter que respeitar os limites dele para você poder entender. É um pouco complicado! Mas a escola recebe, os professores recebem. Não tá completamente... Como se diz... É... “Adequada, a lei diz que é para incluir, mas não da condição.

Podemos perceber que a docente entrevistada acredita que se deve e é necessário incluir, porém lida com alguns problemas, visto que não tem apoio de nenhum outro profissional que deveria está lhe auxiliando no processo de ensino, aprendizagem e inclusão das crianças com deficiência. Já que a Luísa acredita que deve ter novos métodos a ser trabalho com o aluno com deficiência, de modo a qual respeite a especificidade. E nos afirma ainda que as Leis estão estabelecendo normas para inclusão, porém ela não está ajudando os profissionais neste processo.

Dessa forma, podemos perceber que há dificuldades a qual os professores não tem como resolve- lá sozinho, precisando de apoio para que possa desempenham seu papel na sua totalidade. É necessário que para que essa inclusão aconteça, todos possam cooperar, e mais relevante ainda que é que os docentes possam ter o auxílio de outros profissionais, visto que Brasil estabelece que,

[...] cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia- intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (2007, s,a)

Portanto, tanto o docente quanto o educando com deficiência é assegurado por Lei para que receba o apoio necessário a sua especificidade. Para que a educação aconteça de forma igualitária, e assim ele possa desenvolver nos seus variáveis aspectos, seja ele cognitivo, motor, intelectual ou social.

Nossa 4º entrevistada, Mariana, nos relata que “o acesso e permanência da criança com deficiência na sala de Ensino Regular ainda é um desafio grande por falta de recursos e de profissionais capacitados na área.” Após sua fala podemos identificar mais uma dificuldade a cerca do que necessita para inclusão, que ela nos trás que para que se garanta o incluir e o desenvolver desta criança, é preciso que a instituição ofereça novos recursos e de profissionais adequados para fazerem o ensino de crianças com deficiência. Uma questão que devemos nos atentar aqui é o fato de que os docentes precisem de uma formação continuada para compreender e fazer a inclusão deste aluno na sala de Ensino Regular. Nesse sentido, esta deve, segundo Beatrici e Bau,

Contemplar os significados e às interpretações que os professores atribuem a esta proposta, contribuindo assim com a mudança das práticas no âmbito da escola e possibilitando a experimentação e a reflexão sobre o novo, a partir das experiências profissionais que ocorrem neste espaço e tempo. (s.a.p.3)

Portanto, não é apenas fazer uma formação continuada, é preciso que os docentes vejam relevância e alcance resultante. Para que a partir disto, possa rever os seus métodos e sua postura enquanto profissional da educação, melhorando para benefício do ensino e aprendizagem do aluno com deficiência.

Ao prosseguir, nossa 5º e última entrevistada, relatou que,

Enquanto professora, compreendo a inclusão com algo bastante importante, mas ainda não a vejo presente diretamente na escola, assim, por exemplo: todos os meus colegas empenhados nisso. Acho que é preciso mais de nos como profissionais, pois sinto que não estamos totalmente preparados, e precisamos que os outros nos ajudem, pois não é fácil, devido, no meu caso, muitos alunos e sala. Mas acredito que a inclusão deve acontecer, mas todos devem nos ajudar, não é fácil. (EMILIA)

Podemos perceber que Emília entende que o suceder da inclusão é relevante, porém nos diz que há desafios que precisam ser superados para que esta aconteça de fato. Visto que mais uma vez nos trás a respeito da formação do professor e a falta de ajuda de todos que

compõe a instituição, pois é fundamental que ocorra a cooperação e interesse no incluir do educando.

Desse modo, podemos perceber nas respostas analisadas até aqui que as docentes entendem e compreende a Inclusão na sala de Ensino Regular como fundamental, mas ainda há entraves a serem vencidas para melhorar a qualidade do ensino, aprendizagem e da inclusão dos alunos com deficiência. Percebemos até aqui a importância da Formação continuada, da preparação da comunidade escolar e também a necessidade de profissionais em outras áreas para ajudar os docentes.

Em um segundo questionamento, perguntamos quais são as dificuldades para a inclusão dessas crianças nas aulas e atividades desenvolvidas, e como eram pensadas e executadas essas ações. A professora Beatriz, nos relatou que “eles fazem atividades normal, do jeito dos outros, só que precisam de um acompanhamento, um olhar especial, então o que faço na hora que o grupão está fazendo a atividade, eu vou lá e fico dando atenção mais àquele que é especial.” Dessa forma, entendemos que a professora em questão, acredita que o aluno com deficiência precise de mais cuidado, pois a docente vê a necessidade do seu auxílio para que o educando consiga realizar a sua atividade.

A Laís em sua resposta diz que “a falta de material pedagógico específico para aquela determinada deficiência. Então assim fica o professor a ser um grande pesquisador e inventor de métodos diferenciados para conseguir alcançar o seu objetivo que é a aprendizagem do aluno.” A partir do que nos relatou, podemos notar que sem matérias que possam auxiliar o docente no seu trabalho, torna-se o ensino e aprendizagem do educando um pouco complicada, mas a supracitada, que se é necessário, neste caso, novos modos a serem pensados para que este suceder. Porém, é preciso que a Instituição possa disponibilizar aos educadores matérias cabíveis ao seu trabalho.

Nossa terceira entrevistada, Luísa, relatou que,

Essas atividades quando o professor vai trabalhar, ele procura engajar todos os alunos, respeitando o limite de cada um. A primeira coisa que deve ser feita é a conscientização, pra que? Para aquele aluno que tem a deficiência, o coleguinha não excluir. Então o professor tem que ter em mente, que primeiramente, ele vai conscientizar a turma, para poder aceitar. Se ele não fizer isso, nenhuma atividade que for desenvolvida na sala, aquela criança vai ser excluída, e não é isso que quer. Excluída por quê? É que fulano não sabe de nada, ah que fulano não faz, mas cada um, como eu falei tem os seus limites mesmo a gente sem ter aquele recurso para atender aquela criança, o professor tem que ter o “jogo de cintura” para atender as crianças com deficiência, sem excluir das demais.

Ao analisarmos a resposta de Luísa, notamos que a docente compreende a importância que se tem propor formas em que todos os alunos respeitem as diferenças de cada aluno, para que não haja na sala de aula ações de exclusão. No prosseguir da entrevista, questionamos para a entrevistada se ela tinha alguma dificuldade quando vai fazer alguma atividade na sala de aula, obtemos a seguinte resposta:

Assim... A dificuldade que a gente tem é na questão do limite dele, por mais que tente, ai muitos demonstram a vontade de fazer mas não conseguem, você tem que ter um olhar mais especial, como é que um aluno vai te pedir uma coisa: “Tia, isso daqui?” e ele tentando fazer, ai porque ele tem um deficiência, você vai excluir ele? Dificuldade aparece demais, ai que o professor tem que ter o jogo de cintura. Muitas dificuldades. (LUÍSA)

As dificuldades relatadas é a respeito do não acompanhar dos educando com deficiência com os demais, mas é relevante que cada aluno aprende no seu tempo e modo diferenciado. Mais uma vez, fizemos outra pergunta se na elaboração de alguma atividade, a educadora pensava em alguma proposta que envolvesse eles, e a mesma respondeu que:

Geralmente a gente procura fazer esse trabalho ai, por exemplo, seja uma que ele tenha a dificuldade, você procura, basear, fazer outra atividade, pegando o mesmo conteúdo que você está trabalhando, só que um nível que de para atender aquela criança. Mas também dizer que dá para fazer toda vez, não é não. Porque não tem condição, por conta do numero de alunos e se você for fazer isso em todas as suas aulas, é mentira do professor... é mentira. Mas ele procura um bom professor mesmo que não possa atender diariamente de segunda a sexta, mas na semana vai “se rebolar” para tentar adaptar ao nível dele. Pelo menos, eu faço isso. (LUÍSA)

Desse modo, compreendemos que a Luísa, busca como nos narra, novos métodos para que possa ajudar no desenvolvimento da aprendizagem do educando, trazendo novas atividades que facilitem esse processo. Mas, ainda não tem como fazer isso cotidianamente, mas desempenha-se a fazer. É algo que almejamos na inclusão, profissionais empenhados e se capacitando para o ensinar e aprender da criança com deficiência.

Dando continuidade ao segundo questionamento, aqui apresentado, tivemos bem como resposta da nossa quarta entrevistada que “as principais dificuldades são a falta de espaço adequado, sala multifuncional, recursos e profissionais para auxiliar os professores em sala. A metodologia trabalhada com essas crianças são muitas vagas e não consegue alcançar uma aprendizagem satisfatória”. Entendemos, a partir do que nos relatou a Mariana que, ainda

precisa de coisas fundamentais para inclusão do educando, devido a escola não oferecer estes recursos que vai do que diz respeito a infraestrutura à docentes capacitados, bem como aqui já citado pelas entrevistadas. Nesse sentido,

As escolas devem responder às necessidades educacionais especiais de seus alunos, considerando a complexidade e heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Para tanto, é necessária uma estrutura organizacional, com currículos flexíveis, estratégias teóricas metodológicas eficientes, recursos e parcerias com a comunidade. (BRASIL, s.a, p.13)

A nossa última entrevistada, Emília, expôs que,

As dificuldades que enfrento nas atividades estão relacionadas ao fato de que às vezes o aluno com deficiência não consegue entender o que estou a ensinar, daí então revejo e explico novamente. Eu penso em uma atividade analisando algumas limitações dele, e busca superar elas no executar dentro da sala de aula, e executo, caso não entenda, como já havia dito, reexplico.

Podemos entender, ao obtermos a sua resposta, que a professora Emília, observa quais são as limitações dos seus educandos e trabalha em cima de melhorar a sua ação na sala de aula, ainda que não consiga que o educando entenda, em um primeiro momento. Fator de relevância impar no processo de inclusão.

Portanto, a partir das respostas das entrevistadas, podemos compreender que são muitos os entraves que levam as professoras a realizarem uma Educação, Ensino e Aprendizagem dos alunos com deficiência. Bem como foram citados a cooperação da unidade escolar no seu total para com estes docente, ausência de matérias/recursos adequados e de preparação docente com auxílio de outros profissionais. E o fracasso escolar deste aluno, que por esses ienes motivos, pode acontecer, a culpa cai somente do educador. Mas o que precisamos entender é que a inclusão para que venha a acontecer precisa que haja interesse e cooperação de todos.

4.2 A INFRAESTRUTURA E RECURSOS PEDAGÓGICOS COMO FACILITADORES DO ENSINO, APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

É sabido que um dos fatores impar para o desenvolvimento da inclusão na unidade escolar é a infraestrutura e recursos didático- pedagógico que ela oferece e garante para esses alunos. Visto que, permita a realização de atividades e total acessibilidade. Porém, podemos

perceber que as maiorias das escolas não estão adaptadas para tal, mas é necessário que a instituição faça alterações básicas para que possa garantir o acesso e permanência do aluno com deficiência. A fim de compreendermos mais no que diz respeito a esses aspectos, em nossa entrevista, questionamos se unidade escolar disponibilizava de recursos que facilitavam o processo de ensino, aprendizagem e inclusão das crianças com deficiência, e se sim, quais eram os materiais oferecidos. A Beatriz, professora do 1º ano, nos relatou que, “Recursos... a escola... não, não tem não! Tá faltando esses recursos. Tipo assim: sempre ter uma tarefa extra pra eles, a gente tirar sempre muitas Xerox, desenho. Aí não tá tendo não. Não tem objetos para ele não, a gente tem que se virar.” Podemos assim, perceber que a docente, ver que são coisas básicas a qual a instituição não está oferecendo que faz com que se torne ainda mais complicado a realização nas atividades.

A nossa segunda entrevistada nos respondeu que, “infelizmente as nossas escolas ainda não está preparada para trabalhar com essas crianças. A meu ver falta matérias pedagógicos e específicos para trabalhar com algumas deficiências ou dificuldades de aprendizagem.” (LAÍS) Ao observamos a sua fala, entendemos que ainda falta materiais para que ajude o docente no seu trabalho, afim de que possa haver uma educação de qualidade. Porém, o que percebemos é que as professoras, até aqui, demonstraram que estão tentando inventar e realizar tudo sozinho, sem nem o básico possam ser disponibilizadas.

Nossa terceira entrevistada, Luísa, relatou que,

A escola dispõe, o problema da escola é a questão de não investir na qualificação e na formação desses professores, para poder desenvolver esse trabalho com esses recursos. Olha, se conta a escola que ela não tem esse recurso. A primeira coisa. O primeiro recurso principal que a escola tem que ser adaptada. Toda escola tem que ser adaptada. É um recurso, como é que o aluno com deficiência vai chegar na escola? Recurso na nossa escola tem! Nos temos lupas, a gente tem computadores, a gente tem só que está espalhado na escola tem objetos na biblioteca, tem na direção, a gente tinha uma sala multifuncional, equipada de tudo. Não tem mais. Tem os que veio todos os recursos que veio para escola só que está separado pela sala, mas recurso tem.

Podemos perceber que, a Luísa tem conhecimentos de objetos que as outras duas docentes ainda desconhecem, ela nos diz que a falha está mesmo é na qualificação dos docentes, em visto que há estes materiais. Há uma contradição, no que disse Beatriz, Laís e Luísa, visto que, nossa terceira entrevista, relata a presença de matérias, tal com lupas e ainda outros matérias a serem distribuídos na instituição. E nos trouxe, um fator pertinente a Sala Multifuncional nesta unidade escolar, que hoje não há mais, só os objetos em quais foram distribuídos, e, portanto

deixou de beneficiar e ajudar os alunos com deficiência. Cabe, aqui uma questão que fizemos para entrevistada, que se há este material, os professores eles sabem e utilizam deles, e ela nos respondeu que,

[...] é difícil os professores procurarem, mas alguns procuram. [...] A partir do momento que eu descobri que tinha, eu comecei a usar os recursos. Pois é, na escola tem. Alguns procuram, outros não. Não posso te afirmar se todos sabem se tem, mas se você que tem o aluno com deficiência também não for procurar, então como vai saber se a escola tem?! Pois mesmo que não haja na escola, devemos ir buscar e exigir os direitos dos nossos alunos. A escola tem obrigações, mas nos também temos. A nossa luta é válida, e acredito que deve começar por nos, devemos exigir da instituição.

Após esclarecermos, analisarmos e entendermos o que a Luísa, em sua fala nos relatou, percebemos que ela reconhece que, se a escola disponibiliza (no caso, ela afirma que sim) ou não o material, só se sabe o docente ir atrás, e se não estiver, e deve exigir que a escola providencie o que eles estão necessitando, para que possam garantir que o seu trabalho aconteça na sala de aula, e com isto tanto os alunos ditos como “normais” como as crianças com deficiência possam está assegurados de seus direitos.

Nossa entrevistada do 4º ano, respondeu que, “Sim, mas os recursos são muitos escassos.” (MARIANA) Logo, com a fala da docente Mariana, podemos compreender que na unidade escolar existe sim, porém são pouquíssimos. Nesse sentido, Emília nossa última, nos relatou que,

Bem, recursos existem, poucos e muitas vezes insuficientes para se trabalhar com a criança com deficiência. Muitas vez fui atrás de algum para trabalhar com meus alunos, em que eu pudesse ajudar meu aluno com deficiência, mas pelo pouco que achei, não foi suficiente para que eu fizesse o que estava pensando. Portanto, ainda que haja, falta muita coisa! Mas acredito que a escola, esteja nos deixando um pouco só, eu sei que temos que ir buscar, mas precisamos de ações da escola que incentive a todos nos a esse trabalho que já não é fácil pela numerosa quantidade de alunos.

Após a fala de Emília, podemos perceber que ela reconhece que o seu esforço em buscar os materiais é válido, porém é preciso que a escola a ajude nesse processo, que ela possa oferecer muito mais que recursos bons e eficazes para o ensino e aprendizagem da criança com deficiência, que ela se disponibiliza a ajuda- lá neste trabalho.

Diante do que foi exposto, até o presente momento, podemos perceber a importância de que as unidades escolares possam e devam oferecer materiais de qualidades, e que os docentes precisam ter conhecimento do que há na instituição e o que deve ser exigido, em

parceria com a gestão e ademais em busca da qualidade de ensino, aprendizagem dos educandos.

Em um quarto questionamento, perguntamos se no que diz respeito à estrutura da escola, as docentes acreditavam que ela está preparada para atender essas crianças. E a Beatriz, expôs que,

Não, porque não tem um banheiro apropriado, tem que ter o banheiro, tem que ter as rampas, tem que ter uma brinquedoteca para eles brincar, porque você sabe que eles têm que ter aquele olhar especial, e só aula, aula, aula, eles não querem. Tem que ter um lugar para eles brincar.

Podemos perceber, através da fala da docente, que a escola necessita de que haja alterações, e que ela ver a necessidade destes aspectos bem como citou: rampas, um ambiente que favoreça o ensino e aprendizagem do educando, para que ele possa ter um auxílio para além da Sala de Ensino Regular. Questionei, após sua fala, se na Instituição tinha um espaço de AEE, e a entrevistada respondeu que, “Não, mas vejo que faz falta para nossos alunos, pois às vezes, não conseguimos que só na sala de aula ele se desenvolva por completo.” Desse modo, compreendemos quão importante é outro espaço, dentro da mesma Escola, para atender os alunos com deficiência, visto que, “o AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino.” (ROPOLI, 2010, p.17) Nesse sentido, com este outro espaço bem como o supracitado, os educando, poderá o desenvolvimento integral do educando.

Nossa segunda entrevistada, nos relatou que a respeito da infraestrutura, “Acredito que somente a acessibilidade para cadeirantes, pois existe rampa na entrada da escola.” (LAÍS) Compreendemos que, para que haja uma inclusão, dentre desta instituição, é necessário bem mais, pelo fato de que existem muitos alunos com outras especificidades, bem como uma criança cega, que precisa que a escola, se adeque para que a seja acessivo o seu trajeto que comece na calçada e dentro de toda a unidade escolar.

A Luísa nos diz que,

Preparada totalmente não está... totalmente! Preparada entre aspas, por quê? Como eu disse a você, a escola é adaptada para receber elas. Uma adaptação que eu acho fraca, por quê? Começa no portão. Tem o portão da acessibilidade e tem o portão normal, era para serem abertos os dois ao mesmo tempo, não é. Quer dizer a escola preparada, não funciona completamente. A escola tem os computadores para atender para dificuldade visual, tem livros em braille e pouco se ver usando.

A nossa terceira entrevista, vem reafirmar a falta da preparação da instituição, e nos trás a respeito novamente da rampa que encontra-se na entrada de escola, que ainda que haja, ele não está disponível para as pessoas com deficiência física. E relata ainda que, a escola possui materiais que poderiam e deveriam estar sendo utilizado pelo educando. Portanto, é possível compreendermos que mesmo que na unidade escolar, tenha alguns materiais e não seja feito o seu uso, não estará ajudando o aluno no seu pleno acesso e qualidade no ensino e aprendizagem.

A Mariana, educadora do 4º ano, nos relatou que “não, a estrutura da escola precisa de espaços adequados para a acessibilidade dessas crianças.” Desse modo, como está nossa entrevistada e as demais vem nos relatando, a instituição em questão, deve melhorar e se adequar para oferecer ao educando um espaço acesso e, dessa forma, garantir a permanência deste aluno.

Nossa última entrevistada, nos responde que,

A nossa instituição, para que possa se dizer que é inclusiva, precisa melhorar em vários fatores, pois a infraestrutura não é das melhores, pelo fato de que a rampa está em frente a entrada da escola, mas não se usa e ainda está quebrada um pouco, e a calçada da escola também. O cadeirante ele terá fácil acesso? Afirmo com certeza que não. Precisamos melhorar em toda a escola, algo que venho observando é o acesso para cozinha, lá tem uma ladeira, ainda que haja uma rampa, que os alunos usam mais é para sentar nela, eu penso que se um cadeirante for usar, terá grandes complicações. Não somente isso, mas é a criança ou adolescente que for cego?! Terá os mesmo problemas, ou mais, visto a escola no seu total. Reconheço que precisamos melhorar e muito. (EMILIA)

Podemos compreender, através fala da professora Emília que, a educadora reconhece que ainda faltam inenes questões para que a inclusão do aluno com deficiência tenha uma acessibilidade total na unidade escolar, que mesmo que existam algumas alterações na sua infraestrutura, precisa se adequar para uso correto. Nesse sentido, todos estarão se beneficiando. Um aspecto impar que destacamos na fala da docente é o fato de que instituição propor métodos para conscientizar os educando, visto que, tal como a entrevistada relata, eles estão fazendo uso impróprio dos direitos de crianças com deficiência. Dessa forma, é preciso que os alunos apreendam a respeitar o que está disponível para uso de uma pessoa com deficiência. Visto que, bem como Mantoan “a escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a

experiência da inclusão!” (2003, p.48) Nesse sentido, é imprescindível que aconteça este trabalho com todos que compõe a unidade escolar.

Intuímos até aqui que, bem como trás as cinco docentes entrevistadas, nas suas respostas a quais a semelha- se, que as referidas entendem a importância de uma transformação na instituição. Em relevância do fato de que precisa- se de ienes fatores bem como matérias que ainda não tem ou não está sendo disponibilizado para uso dos docentes, uma infraestrutura que ajude a acessibilidade do educando com deficiência, e ainda uma compreensão, interação e respeito de todos que a compõe, para que possa favorecer tanto o ensino, aprendizagem e inclusão como a capacitação de cidadãos consciente de que é imprescindível respeitar as especificidades do outro e do espaço que é para o outro.

4.3 O TRABALHO E AS POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO NA SALA DE ENSINO REGULAR

Sabemos que o professor é chave que abre muitas portas para um ensino, aprendizagem e inclusão dos alunos com deficiência na unidade escolar. Mas, alguns profissionais não têm noção da sua importância e quão sua metodologia pode influenciar de forma positiva ou negativa neste processo. Para consolidarmos, a respeito desta questão, perguntamos as docentes com elas percebem a importância delas enquanto mediadoras do processo de desenvolvimento de criança com quaisquer tipos de deficiência. E nossa primeira entrevistada respondeu que “assim, a importância é que a gente, eu trabalho sempre com eles a socialização. E eu vejo a socialização deles com as outras crianças, brincando com as outras crianças vejo aquela alegria quando me ver, então eu acho que estou exercendo um bom trabalho.” Podemos perceber que, a docente prioriza a influência mútua do educandos, sendo assim acreditando que se a interação estiver acontecendo, a criança com deficiência sentirá, pelo que compreendemos, bem como ela é parte integrante da Sala de Ensino Regular. A docente, Laís disse que,

As crianças com deficiência são mais inseguras e confiam muito no professor, justamente por conta disso, eu como professora focalizo e me preocupo mais com esses alunos para que eles consigam evoluir. Eu me sinto muito feliz e útil na vida escolar deles, principalmente quando eles os pais reconhecem nossa importância.

Podemos compreender que, a educadora, entende que o aluno é reflexo do que o docente é na sala de aula, em foco nos alunos com deficiência, no qual eles possam prosseguir no seus estudos, preparando- se para tal.

A nossa terceira entrevista nos relatou que,

[...] eu acho de grande importância que quando eu vejo que tem um recurso que vai facilitar para aquele aluno, eu vou atrás. Se eu fosse uma professora acomodada lá, só recebesse aquele aluno e não tentasse fazer nada, eu não tinha nenhuma importância. Mas enquanto professora, eu me preocupo... Me preocupo com eles [...] (LUÍSA)

Podemos perceber que, vê a sua importância refletida nas consequências de suas ações, dessa forma após suas ações os educandos estará apreendendo e se desenvolvendo de maneira plena. Compreendemos que está docente buscando pelos direitos deles que estão assegurados pelas Leis. A professora Mariana expôs que,

Eu acredito que eu esteja sendo de total importância, visto que estou procurando promover uma aprendizagem para o aluno com deficiência. Estou em busca de novas práticas pedagógicas para melhorar minha capacitação e futuramente ter recursos e estratégias direcionadas ao desenvolvimento do meu aluno com algum tipo de deficiência e de acordo com suas necessidades.

Percebemos que a docente, reconhece a sua relevância, mas acredita que precisa melhorar as suas práticas docentes, para que ao trabalhar com outras crianças com quaisquer deficiência ela esteja mais preparada para tal ação. Este pensamento da professora entrevistada, deve ser tomada por base para muitos outros docentes. Visto que, “se o professor não está ávido por conhecer, por partilhar suas descobertas, por desenvolver formas e linguagem diferentes para tratar dos tópicos estudados na sua área de conhecimento, será difícil tornar sua aula interessante.” (BEATRICI; BAU, s/a, p. 21538). Desse modo, o professor precisa está sempre em continua aprendizagem, buscando novos conhecimentos, e ir mais além, colocar em prática o que lhe foi apreendo, para que os educando se interessem e consigam compreender o que está sendo ensinado.

A nossa quinta e última entrevista, nos relatou que,

Acredito que a minha importância está naquilo que faço pelos meus alunos, buscando apreender mais sobre a deficiência do aluno que estou em sala, além de procurar metodologias que abrangem todos e incentiva a inclusão. Assim, ao mediar essa interação, e fazer com que meu aluno com deficiência

aprenda em conjunto com os outros, dentro da sua especificidade, me faz compreender a extrema importância do meu trabalho.

Ao analisarmos a fala da professora Emília, podemos compreender que ela vê-se como fator essencial no desenvolvimento da aprendizagem da criança com deficiência, pelo fato de buscar métodos que facilitem e desenvolvam a aprendizagem do aluno. E que através disso, procura incluir com os demais ditos “normais”, propondo um respeito e a socialização.

Desse modo, pelas falas apontadas até aqui, compreendemos que as docentes se vêem como realmente são: essenciais no desenvolvimento destas crianças, ainda que precisem melhorar nas suas metodologias, os quais estão buscando e tentando apreender juntamente com os educandos, visando à inclusão e aprendizagem no tempo e modo que ele precise. Nesse sentido, Paulon aponta que,

Não há dúvida de que incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional que implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensinar, avaliar, trabalhar com grupos em sala de aula e a criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de todas as pessoas. (2005, p.27)

Portanto, é imprescindível que haja uma transformação que vai desde a infraestrutura ao pessoal da unidade escolar, para que possam executar suas ações, pensando nas crianças e adolescentes que favoreçam a sua permanência. E a partir disto, futuramente não precisarmos ter que ficar “batendo na tecla” de que a inclusão é importante, que ela deve suceder e que todos ganham com isto.

Na nossa última questão- tema, questionamos as docentes quais eram as principais possibilidades teóricas e metodológicas para um trabalho cotidiano com as crianças com deficiência na escola. E a professora Beatriz, nos respondeu que,

É assim tinha que ter, tinha que ser aquelas atividades com desenhos, tinha que ter som, tinha que ter uma televisão com dvd, para passar vários vídeos. Eu faço, eu gosto muito de ensinar com dinâmica, não deixo eles excluídos, participam sempre das dinâmicas, da rodas. Por exemplo, fiz dinâmica da amarelinha. Eu tenho um aluno especial e ele foi o primeiro a participar.

A possibilidade que a docente trás é a utilização de recursos chamativos, que prende a atenção do educando e propor dinâmicas para que todos os educandos possam participar.

Dessa forma, tentando fazer com que suas aulas não se tornem momentâneas e proporcionando uma melhor aprendizagem.

A nossa segunda entrevista nos disse que,

Cabe ao professor da turma buscar sempre métodos e teorias que facilitem o processo de ensino e aprendizagem, é preciso ser pesquisador e inovador. Alguns métodos que procuro usar em minhas aulas são: as adaptações de matérias e atividades para o aluno; proponho fazer as atividades em duplas colocando sempre os que sabem muito para fazer e ajudar os que têm dificuldades ou deficiências. (LAÍS)

Mais algumas possibilidades podemos perceber pela fala da docente que, buscar sempre fazer adequações necessárias para aprendizagem do educando, bem como também trabalhando em grupo, a qual ajuda tanto na interação, bem como também o aluno ser um ajudador na aprendizagem do aluno que não consiga compreender e fazer as atividades sozinhas.

A docente Luísa expôs que,

[...] as atividades que eu penso para ser realizadas com meus educando, é pensando na possibilidade de que o aluno com deficiência que tenho na sala de aula não se sinta excluído. Por exemplo, eu gosto de trazer dinâmicas, gosto de pesquisar vídeos e filmes que falem do respeito pelo coleguinha. E as vezes, procuro letras de músicas que falem de que todos somos iguais. Porém, sinto muita dificuldades, gostaria que estivesse alguém especializado em determinada área para que pudesse me ajudar. Faço o que posso, mas é complicado.”

Podemos compreender, através de sua fala que, a entrevistada, tem muita dificuldades em se pensar atividades em que possa facilitar o processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência e relata que precisa de outro profissional que auxilie nestas escolhas. Mas ela nos trás novas possibilidades como facilitador da aprendizagem e do incentivo ao respeito, tal como filmes, vídeos e a utilização da musicalização que são questões de relevância impar. Em visto que as “imagens constituem um suporte importante no processo de aprendizagem” (RAMOS, 2006, p.24). Portanto, quando o professor se propõe a fazer uso das imagens, ele está propiciando uma qualidade no ensino.

A Mariana, nossa quarta entrevista nos respondeu que,

A inclusão é um direito constitucional e a proposta de educação inclusiva não se limita a apenas manter o aluno na escola, mas sim garantir a participação ativa em todas as atividades promovendo assim uma educação

integral. Para alcançar seus objetivos as escolas devem disponibilizar os espaços, recursos e enquanto a nos professores, nos capacitar para que possamos desenvolver uma formação intelectual e social eficaz para os alunos com deficiências, pois as técnicas que usamos são baseadas em poucos conhecimentos e nenhuma especificidade. Eu mesma leio algumas coisas, pesquiso vídeos e trabalho em cima deles. Levo dinâmicas, faço grupos para apresentar pequenas peças, mas não tenho especialidade para tal ato.

A nossa quarta entrevista, ressalva que a inclusão deve acontecer com parceria de todos da unidade escolar, para que a educação suceda de forma plena, com fatores já aqui citados. A qual a referida diz que é preciso os docentes também se capacitarem para a realização dessas tarefas, e relata ainda que as atividades que são elaboradas, e suas técnicas não tem baseamento teórico. Porém, ela nos trás mais uma nova possibilidade para trabalhar em sala de aula, que é o teatro. No qual os alunos poderam interagir, interpretar e desenvolver a sua oralidade.

A Emília, nossa última entrevistada, relatou que,

As possibilidades que busco fazer são baseadas nas pesquisas que sempre busco realizar que são: dinâmicas, contar histórias, trazer vídeos que incentivem a inclusão, sempre trazendo materiais que me ajudem e ajudem meus alunos, desenhos, e também estou fazendo palavras- cruzadas para eles no quadro, que pesquisei a pouco tempo e está dando certo.

Podemos entender através de sua fala, que ainda que a educadora não tenha especializações, ou conhecimentos acerca de atividades próprias para trabalhar com a criança com deficiência, ela busca por estas propostas. Elaborando e trazendo para os educando novas formas de incluir e aprender. Mas, bem como ela e as outras docentes relataram, elas precisam de uma equipe interdisciplinar, que irá,

- A. Investigar e explorar os recursos da comunidade a fim de articular os serviços especializados existentes na rede de educação e saúde às necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- B. Desenvolver estratégias de parceria entre as diversas instituições com trabalho social e comunitário, governamental e não governamental.
- C. Realizar visitas domiciliares para auxiliar no acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino;
- D. Acompanhar o processo de aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais, favorecendo a interlocução dos segmentos da comunidade escolar,

E. Articular a mediação entre a sala de aula com o atendimento educacional especializado, o atendimento clínico, a rede de assistência e a família. (PAULON, p.47, 2005)

Desse modo, além do que a entrevistadas esperam, esta equipe vai propiciar articulações com outros projetos, realizar parcerias com outras instituições, apoiará os pais e ajudar os professores na sala de aula, visto que é a necessidades que as educadoras relataram para que facilite o processo de ensino, aprendizagem e inclusão.

Podemos perceber pelo que foi apontado pelas entrevistadas que a inclusão no papel é muito fácil, mas quando você depara-se com uma situação a qual nem a instituição nem você enquanto docente não está preparada, é muito complicado. E ainda que as educadoras procurem melhorar a sua prática, é preciso bem mais, bem como foi citado a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar. Percebermos a relevância desta pesquisa, pelo fato de todos possam conhecer um pouco da realidade de um profissional que, incontáveis vezes luta só para que haja a inclusão, mas que não tem conseguido ter o pleno sucesso por ienes aspectos, que após a realização da entrevista intuímos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender que esta fase de conclusão é uma etapa em qual iremos refletir sobre os objetivos e a trajetória até aqui concluída. Sendo assim, nos foi possível compreender, após as análises dos dados, os desafios e também possibilidades para se trabalhar em uma perspectiva inclusiva.

Para tanto, a partir das respostas dadas pelas cinco docentes, através da entrevista semiestruturada com as seis questões-temas percebemos que nosso objetivo foi alcançado, visto que na análise dos dados pudemos analisar como acontece este processo, pelo qual as entrevistadas nos relataram que, apesar de não estarem totalmente preparadas, buscam novas formas de inclusão.

As docentes relataram que sabem da importância que tem o ato de incluir, de modo que procuram ajudar os educandos e compreendem que este processo juntamente com o ensino e aprendizagem de qualidade podem contribuir tanto para o desenvolvimento educacional, como também o social. Mesmo, que duas professoras tragam as complicações que tem pela falta de auxílio de outros profissionais e, também, da unidade escolar.

Sobre as dificuldades para a inclusão dessas crianças nas aulas e atividades desenvolvidas e como são pensadas e executadas essas ações, as educadoras, em sínteses, nos relataram que uma entrevistada respondeu que é igual os do demais, mas procura ajudá-lo na sua execução, enquanto as outras elencaram como dificuldades a falta de materiais didático-pedagógicos para deficiência específica; a falta de espaço adequado; sala multifuncional, recursos e profissionais para auxiliar os professores em sala. Outra dificuldade que duas das entrevistadas falaram é a respeito do limite que ela diz que ele tem que muitas vezes, em não conseguirem acompanhar e entender, porém, enfatizando que buscam novos métodos e tentam trabalhar baseando-se nas limitações dos sujeitos.

Em relação a se a unidade escolar disponibilizava de recursos que facilitem esse processo de ensino, aprendizagem e inclusão das crianças com deficiência, as docentes entraram em contradições. Uma diz que tem de forma escassa e as outras duas disseram que a escola tinha muitas matérias, mas muitos docentes não sabiam, porque não iam buscar saber. E estas mesmas deram exemplo de material, bem como lupas e disseram ainda que a escola tem objetos em outros espaços, que antes estavam na sala multifuncional, que era equipada de tudo, porém, que não tem mais na instituição.

Em relação à infraestrutura, questionamos se elas acreditavam que a unidade escolar estava preparada para atender essas crianças. As docentes responderam que não completamente, visto que faltam adaptações de banheiros, rampas para pessoas com deficiência física, reforma nas calçadas e lugares de acessibilidade. Outras duas docentes relataram que os espaços que ainda têm na instituição, os educandos usam de forma incoerente.

Em conseqüente, relacionado à como elas percebem a sua importância enquanto mediadoras do processo de desenvolvimento da criança com quaisquer tipos de deficiência, elas relataram que sua relevância dar-se-á através dos resultados das ações que praticam em sala de aula, bem como nas formas de socializações, interações, no desenvolver de brincadeiras que saiam da monotonia. Ainda trazem a confiança que o aluno com deficiência tem sobre ela, para que possam propiciar uma aprendizagem de qualidade, buscando atingir as necessidades e satisfações do educando. Outrossim, o relato de outras duas docentes, disseram que a importância está em ir atrás, buscar e exigir recursos transformados e facilitadores do processo de ensino e aprendizagem.

As principais possibilidades teóricas e metodológicas para um trabalho cotidiano com crianças com deficiência na escola, segundo as entrevistadas são atividades com desenhos, sons, imagens, vídeos direcionado, trabalhos em grupo para desenvolvimento da interação, adaptar materiais como forma de ajudar o aluno com deficiência, letras de músicas que falem da equidade, peças teatrais e também palavras cruzadas, para que os alunos se ajudem. Porém, em seus relatos, ainda que tenham conhecimentos que foram adquiridos através de pesquisas, elas dizem que para haver um ensino e aprendizagem de qualidade, estas precisam de ajuda de outros profissionais que auxiliem nos processos de pensar e elaborar destas atividades.

Compreendemos que os resultados que a realização deste trabalho nos propiciou é apenas uma gota no mar de sonhos de que a inclusão aconteça e que as crianças com deficiência possam ir bem mais além do que tão somente frequentar uma sala de aula, só por exigências governamentais. É preciso acreditar que a inclusão é possível sim, e que não é algo utópico, se todos estiverem dispostos a lutar por ela e de modo que beneficie a todos. Portanto, possivelmente, em um futuro próximo pretendemos pesquisar sobre como todos que compõe a unidade escolar veem a relevância da inclusão e, qual papel que acreditam ter neste processo, como, também, de que forma podem ajudar para que ela aconteça. Desse modo, fazendo com que a inclusão não seja algo apenas discutidos com professores e gestores, mas que a sociedade possa conhecer e maravilhar-se diante da importância do ato de incluir.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Biancha. **Interfaces entre psicologia e educação**: desafios para a formação do psicólogo. 1ª ed. Casapsi Livraria. Editora Ltda. São Paulo, 2012.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Formando educadores para a escola inclusiva**. Boletim, TV escola. Novembro, 2002. Disponível em: < <http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/130746FormandoEducadoresEscola.pdf> > acessado dia 08/09/2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Capa de Edições 70. Presses Universidade de France: França, 1977.

BEATRICI, Alexandra Ferronato; BAU, Arieli. **As metodologias de ensino, a formação de professores e o processo de aprendizagem**. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26176_12809.pdf > acessado dia 20 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015. Edições Câmara, Brasília, 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf > acessado dia 08/09/2017

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007/

_____. Secretária de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] /coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf > acessado dia 08/09/2017

_____. Secretária de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais**. Esplanada dos Mistérios, Bloco L. Brasília, DF.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**. Ed. Meditação.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade** : material de formação docente. 3. ed. / edição do material Cynthia Duk. – Brasília : [MEC, SEESP], 2006. 266 p. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf> > acessado dia 11/09/2017

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo- Moderna, Ed. 1, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão.** –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

RAMOS, Rossana. **Passos para Inclusão.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da Educação Especial.** Revista de Educação Ideau- REI. Vol. 5- Nº 12. Julho- Dezembro, 2010 Semestral.

ROSIN- PINOLA, Andréa Regina. DEL PRETTE Zilda Aparecida Pereira. **Habilidades sócias e Inclusão:** Inclusão Escolar, Formação de Professores e a Assessoria Baseada em Habilidades Sociais Educativas. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 3, p. 341-356, Jul.-Set., 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000300003> >

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SZIMANSKI, H.; ALMEIDA (Org.). **A Entrevista na Pesquisa em Educação:** a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

APÊNDICES



Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Bom dia, meu nome é **Leandra Emilis Moura Monteiro**, sou aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande e o/a Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa intitulada **Processo de Ensino, Aprendizagem e Inclusão de Crianças com deficiência**.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: As intenções e motivações desse estudo deve-se ressaltar a necessária e devida contribuição da Universidade Pública na contínua referencialização do ensino superior por intermédio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, nesse caso, desdobradas nas frentes de trabalho da iniciação científica. O objetivo dessa pesquisa é analisar o processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência.

(Os) dado(s) serão coletados da seguinte forma: o/a Sr.(a) irá participar de uma entrevista, estruturada em um roteiro, que aborda sobre as possibilidades e desafios no trabalho na sala de aula com crianças com deficiência.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Embora eu tenha o máximo de cuidado para com seu bem-estar é possível um eventual desconforto com as questões a lhe serem perguntadas ou, até mesmo, uma compreensão de sua parte de possível má interpretação de dados de minha parte. Entretanto, em todas as etapas dessa pesquisa, serão depreendidos todos os esforços possíveis para evitar riscos tais quais: constrangimentos, má interpretações nas análises e para com conclusões que não correspondam proporcionalmente a sua compreensão da dinâmica de trabalho em relação ao meu objeto de estudos. Como uma das garantias, sua confidencialidade será assegurada o seu anonimato, via letra inicial de sua profissão e número para sua identificação e indicar a sequencia dos sujeitos desse estudo e os dados revelados aqui serão tratados com absolutos padrões éticos, conforme Resolução CNS 466/12.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: A participação do/da Sr.(a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior, tendo em vista que a presente pesquisa não tem a finalidade de realizar diagnóstico específico para

o/a senhor/a, e sim identificar fatores gerais da população estudada. Além disso, como no roteiro de entrevista não há dados específicos de identificação do/da Sr.(a), a exemplo de nome, CPF, RG, outros, não será possível identificá-lo/a posteriormente de forma individualizada.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: O/A Sr.(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O/A Sr.(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de prestação de serviços. Os/As pesquisadores/pesquisadoras irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais podendo ser utilizados apenas para a execução dessa pesquisa. O/A Sr (a) não será citado(a) nominalmente ou por qualquer outro meio, que o identifique individualmente, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao/a Sr.(a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para o/a Sr.(a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Não é previsível dano decorrente dessa pesquisa ao/a Sr.(a), e caso haja algum, não há nenhum tipo de indenização prevista.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE:

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora **Leandra Emilis Moura Monteiro** certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, no que se refere a minha identificação individualizada, e deverão ser tornados públicos através de algum meio. Ele/a compromete-se, também, a seguir os padrões éticos definidos na Resolução CNS 466/12. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar a professora orientadora **Maria Thaís de Oliveira Batista**, através do telefone **(083) 98127-4898**. Além disso, fui informado que em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo poderei consultar o Comitê de

Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores, situado à Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - Tel.: (83) 3532-2000 CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável

Assinatura do Pesquisador

Data: ____/____/____



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Apêndice B - Questionário de Caracterização

1. Dados de identificação:

Idade: _____ Estado civil: _____

2. Formação básica:

Magistério: () Sim () Não

Ano de conclusão: _____

Científico: () Sim () Não

Ano de conclusão: _____

Especialização: () Sim () Não

Qual?: _____

Tempo de docência:

Quais turmas já lecionou e/ou leciona:

Outros locais em que trabalhou ou trabalha:

Turnos em que trabalha: manhã () tarde () noite ()



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Apêndice C - Entrevista Semiestruturada

1. Como você, enquanto professor (a) compreende a inclusão das crianças com deficiência na sala de Ensino Regular?
2. Quais são as dificuldades para a inclusão dessas crianças nas aulas e atividades desenvolvidas? E como são pensadas e executadas essas ações?
3. A unidade escolar dispõe de recursos que facilitem esse processo de ensino, aprendizagem e inclusão das crianças com deficiência? (Se sim. Quais?)
4. No que diz respeito à estrutura da escola, você acredita que ela está preparada para atender essas crianças?
5. Como você percebe a sua importância enquanto mediador do processo de desenvolvimento de criança com quaisquer tipos de deficiência?
6. Quais são as principais possibilidades teóricas e metodológicas para um trabalho cotidiano com crianças com deficiência na escola?